



DELIBERAÇÃO Nº. 505/2012 de 19 de outubro de 2012

Dispõe sobre os valores de taxas e anuidades para o exercício de 2013 e dá outras providências.

A presidente do Conselho Regional de Serviço Social 21ª. Região/MS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com base na indicação da Assembléia Geral Ordinária da categoria, ocorrida no dia 19/10/2012, da deliberação do Conselho Pleno da Entidade, e de acordo com a Resolução CFESS nº. 638/2012 de 27/09/2012;

Considerando as deliberações do 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Palmas/TO, de 07 a 09 de setembro de 2012, relativas ao estabelecimento dos patamares mínimo e máximo para a fixação da anuidade de pessoa física e o estabelecimento do valor da anuidade de pessoa jurídica, bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxa e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o exercício de 2013;

Considerando a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, de forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social;

Considerando a obrigação, de competência dos Conselhos Regionais de Serviço Social, relativa à responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição;

Considerando a disposição do artigo 13 da Lei 8662, de 07 de junho de 1993, que estabelece, expressamente, que a inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os/as assistentes sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais;

Considerando a deliberação do 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, fórum democrático, que tem como atribuição, dentre outras, estabelecer os patamares mínimo e máximo para fixação das anuidades dos/as assistentes sociais, perante os Conselhos Regionais de Serviço Social, nos termos do artigo 13 da Lei 8662/93;

Considerando os artigos 3º ao 11º da lei federal n. 12.514/2011, relativas às anuidades das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas;

Considerando que o artigo 8º da Lei 8662/93 estabelece que compete ao Conselho Federal de Serviço Social, na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício, dentre outras, da atribuição de orientar, disciplinar e normatizar o exercício da profissão do/a assistente social;

Considerando que o desconto para os/as profissionais recém-inscritos/as, os critérios de isenção para os/as profissionais; as regras de recuperação de créditos, de parcelamento e a concessão de descontos para o pagamento antecipado ou à vista, devem ser estabelecidas pelos respectivos conselhos federais, em conformidade com o previsto pela Lei 12.514/11;

Considerando o Parecer Jurídico n. 37/11, que versa sobre os reflexos da Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, nas anuidades dos Conselhos Regionais de Serviço Social e nos demais procedimentos estabelecidos pelas normas internas do Conjunto CFESS/CRESS;

Considerando, finalmente, a aprovação da presente Deliberação pelo Conselho Regional de Serviço Social, eis que consubstancia, fielmente, as deliberações do 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS;

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica estabelecido o valor de **R\$ 304,95** (trezentos quatro reais e noventa e cinco centavos), para a anuidade de pessoa física e para pessoa jurídica o valor de **R\$ 349,89** (Trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos), no **Exercício de 2013**;

Parágrafo Primeiro: Os prazos para pagamento da anuidade em cota única, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação do 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS:

I – 31 (trinta e um) de janeiro de 2013, com vencimento até o dia 10 do mês de fevereiro;

II – 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2013, com vencimento até o dia 10 do mês de março;

III – 31 (trinta e um) de março de 2013, com vencimento até o dia 10 do mês de abril;

IV – 30 (trinta) de abril de 2013, com vencimento até o dia 10 do mês de maio;

Parágrafo Segundo: A anuidade de 2013 que for quitada, neste mesmo exercício, em cota única nos meses de janeiro, fevereiro e março terá os seguintes descontos:

I – Janeiro – 15% (quinze por cento);

II – Fevereiro – 10% (dez por cento);

III – Março – 5% (cinco por cento);

IV – Abril – valor integral, sem desconto.

Parágrafo Terceiro: A anuidade de 2013 poderá ser paga em até 6 (seis) parcelas, com valores iguais e sem desconto, cujas datas de vencimento serão:

- 1ª. Parcela – até o dia 10 de Fevereiro de 2013;
- 2ª. Parcela – até o dia 10 de Março de 2013;
- 3ª. Parcela – até o dia 10 de Abril de 2013;
- 4ª. Parcela – até o dia 10 de Maio de 2013;
- 5ª. Parcela – até o dia 10 de Junho de 2013;
- 6ª. Parcela – até o dia 10 de Julho de 2013;

Parágrafo Quarto: A anuidade não paga em cota única até o dia 10 de maio de 2013, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo 3º deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos:

- I – Multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade;
- II – Juros simples de 1% (um por cento) ao mês;

Parágrafo Quinto: As anuidades relativas a exercícios anteriores a 2013, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo 4º deste artigo, inclusive em relação à incidência da multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo Sexto: A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o dia 10 de junho de 2013, poderá ser parcelada em até 6 (seis) vezes, a critério do profissional interessado/a, sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente artigo.

Parágrafo Sétimo: Os acréscimos referidos no parágrafo 4º do presente artigo devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

Art. 2º. – A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região/MS, poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes, a critério, exclusivo, deste/a, desde que a última parcela não ultrapasse o mês de **junho de 2013**.

Parágrafo Primeiro: O/A profissional que se inscrever a partir do dia 01 de julho de 2013, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em cota única.

Parágrafo Segundo: Fica concedido ao profissional, no ato da primeira inscrição de seu registro profissional, o desconto de 10% (dez) por cento do valor da anuidade, seja ela integral ou proporcional.

Art. 3º. – Os Conselhos Regionais poderão conceder isenção de anuidade aos/as assistentes sociais inscritos/as ou que forem se inscrever, que comprovarem:

1. Possuir idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Resolução CFESS n. 299/1994 e 427/202;
2. Ter suspenso exercício profissional no país em função de missão ou mudança temporária para outro país;
3. Ter sido acometido por doenças crônico-degenerativa ou incapacitante por mais de seis meses;

Parágrafo Primeiro: No caso do inciso segundo a isenção durará igual período da missão ou estadia em outro país.

Parágrafo Segundo: No caso do inciso III a comprovação será feita por meio de laudos médicos especializados.

Parágrafo Terceiro: O disposto nos incisos II e III estão previstos na Resolução CFESS n. 582/2010 nos artigos 62 a 67.

Parágrafo Quarto: Da decisão de indeferimento, proferida pelo Conselho Regional/CRESS, caberá recurso ao Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência da decisão.

Parágrafo Quinto: O recurso será protocolizado pelo/a interessado/a na sede do CRESS, que se incumbirá de anexá-lo ao expediente original, encaminhando-o, por ofício, à instância recursal.

Art. 4º. – Os valores das taxas, a partir da fixação da anuidade, terão os seguintes limites máximos:

I – Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa JurídicaR\$ 79,60

II – Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição de Carteira e Cédula de Identidade Profissional)R\$ 63,67

III – Substituição de Carteira de Identidade Profissional ou Expedição de 2ª ViaR\$ 47,74

IV – Substituição de Cédula de Identidade Profissional ou Expedição de 2ª ViaR\$ 31,82

V – Substituição de Certificado de Registro de Pessoa JurídicaR\$ 31,82

Art. 5º. – Os débitos decorrentes do não pagamento de anuidades, multas, taxas e outros poderão ser parcelados em:

I - 5 (cinco) vezes, na hipótese de o débito se referir a somente um exercício;

II - 10 (dez) vezes, na hipótese de o débito se referir de 2 (dois) a 3 (três) exercícios;

III - Até 20 (vinte) vezes, na hipótese de o débito se referir a 4 (quatro) exercícios.

Parágrafo Primeiro: O parcelamento deverá ser feito mediante acordo entre o CRESS e o/a profissional devedor/a, mediante a subscrição de “Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito”.

Parágrafo Segundo: Fica limitado em até duas vezes, no máximo, o reparcelamento de débitos havidos com o CRESS, sendo admitido, conseqüentemente, firmar o primeiro parcelamento de dívida com o CRESS e, após reparcelar estes mesmos débitos por mais duas vezes.

Art. 6º. Somente se o débito de um/a mesmo/a profissional ultrapassar à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) é que passa a ser obrigatória a cobrança judicial de tal valor.

Parágrafo Único: A faculdade prevista pelo “caput” deste artigo enseja a possibilidade de esgotamento e aperfeiçoamento das vias administrativas, de forma que o/a devedor/a seja convencido/a, nessa fase da cobrança, da relevância do pagamento de seus débitos, em face às atribuições e ações dos Conselhos de Serviço Social.

Art. 7º. – Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.

Parágrafo Primeiro: Os CRESS deverão manter um rigoroso controle administrativo, para que as últimas quatro anuidades de um mesmo profissional sejam cobradas nos prazos legais, após a quarta se tornar débito, de forma a não ensejar prescrição de uma ou mais anuidades.

Parágrafo Segundo: Os CRESS deverão atuar com a necessária e imprescindível agilidade para cumprir os procedimentos legais, previstos à espécie, com a inscrição dos quatro débitos, na Dívida Ativa e propositura da ação judicial no prazo previsto pela Lei de Execuções Fiscais, considerando, inclusive, que a referida inscrição determina a suspensão do prazo prescricional.

Art. 8º. – Poderão ser adotadas pelos CRESS, medidas concomitantes, tal como propositura de ação de execução fiscal com procedimentos administrativos de cobrança, aplicação de sanções por violação disciplinar ou suspensão do exercício profissional, em conformidade com as Resoluções expedidas pelo CFESS (354/97 – Suspensão do Exercício Profissional por débito).

Art. 9º. – A existência de valores (anuidades, taxas, multas e outros) em atraso não obsta o cancelamento do registro profissional a pedido do/a interessado/a.

Art. 10º. – Os eventuais débitos, após a efetivação do cancelamento da inscrição, deverão ser cobrados pelas vias administrativas e/ou judiciais competentes, cessando a sua ocorrência na oportunidade da protocolização do pedido de cancelamento.

Art. 11º. – Todas as deliberações do 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS relativas às anuidades e suas decorrências, quais sejam: estabelecimento do valor da anuidade de pessoa física, entre os patamares máximo e mínimo, previstos pela presente Resolução, prazos para pagamento, descontos das anuidades, parcelamentos, acréscimos, correção e outros, deverão ser referendados pelas **Assembléias Regionais**, a serem convocadas regularmente pelos CRESS, em seu âmbito de jurisdição.

Parágrafo Único: A matéria prevista no “caput” do presente artigo, será regulamentada pelo **CRESS**, através da expedição de Deliberação, de forma a consubstanciar as decisões da Assembléia da categoria, realizada, dentre outros, para este fim.

Art. 12º. – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região/MS, por deliberação de seu Conselho Pleno.

Art. 13º. – Esta Resolução passa a surtir seus regulares efeitos de direito, na data de sua assinatura.

Campo Grande-MS, 19 de outubro de 2012.

AS Ivone Alves Rios
CRESS 1308 - 21ª Região/MS
Conselheira Presidente
Renovando sonhos, fortalecendo ideais
Triênio 2011/2014